

Termômetro da Inflação

Volume 4 - Número 2 - 2021



iPECE INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG

Carlos Mauro Benevides Filho - Secretário

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto - Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Ronaldo Lima Moreira Borges - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretoria de Estudos Sociais - DISOC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

Marília Rodrigues Firmiano

Gerência de Estatística, Geografia e Informação - GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

Termômetro da Inflação

Volume 4 – Número 2 – 2021

Unidade Responsável:

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Elaboração:

Daniel Suliano (Analista de Políticas Públicas - IPECE)

Colaboração:

Aprígio Botelho Lócio (Assessor Técnico)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Valores: Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

Visão: Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n

Edifício SEPLAG | Térreo - Cambéba | Cep: 60.822-325

Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521

<http://www.ipece.ce.gov.br/>

Sobre o Termômetro da Inflação

É uma publicação mensal da inflação obtida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e outras nove regiões metropolitanas do Brasil além de seis municípios.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2021

Termômetro da Inflação / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: Ipece, 2021

ISSN: 2595-0681

1. IPCA. 2. INPC. 3. Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) 4. Brasil.

Nesta Edição

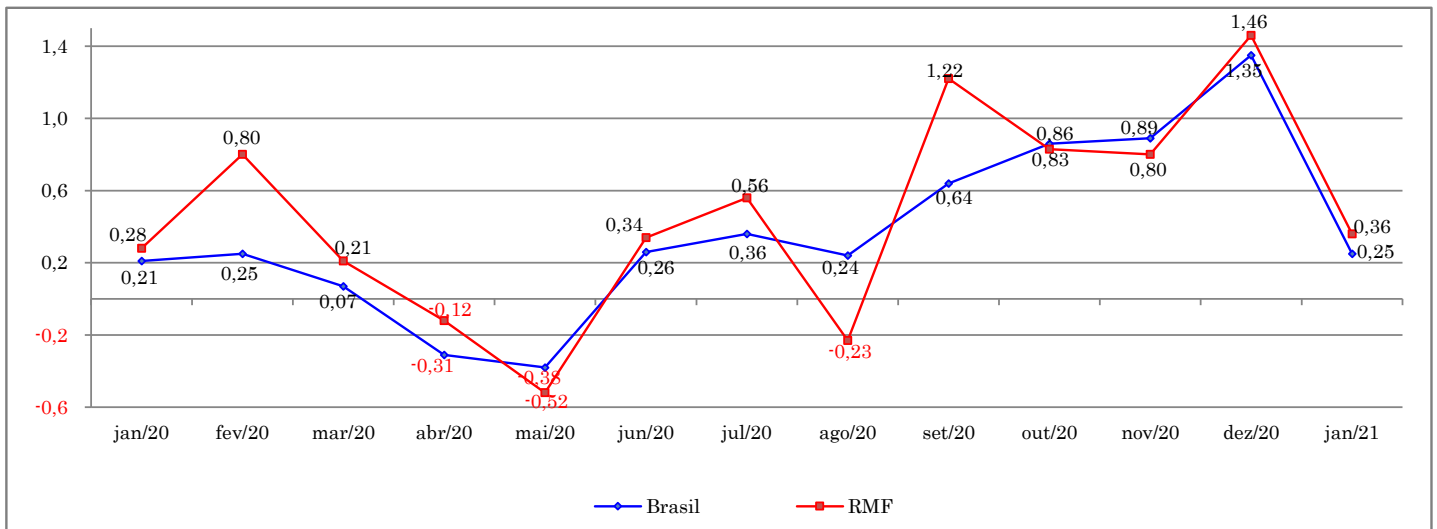
O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) desacelerou em **janeiro** de 2021 com relação a dezembro de 2020 registrando alta de 0,36%. O IPCA nacional também desacelerou registrando 0,25%. Trata-se da menor taxa desde agosto de 2020 (0,24%).

No acumulado dos últimos 12 meses, a inflação da RMF segue em alta tendo atingido 5,83% até janeiro de 2021. No Brasil, o acumulado dos últimos 12 meses atingiu 4,56%, acima da meta central de 3,75% para o ano de 2021.

O grupo alimentação voltou a pressionar os preços tendo a maior alta entre os grupos pesquisados. Na RMF, a elevação foi 1,21% e 1,02% no IPCA nacional. Por outro lado, a queda do item energia elétrica acarretou deflação no grupo habitação de -0,86% na RMF e -1,07% no Brasil.

Por fim, no acumulado dos últimos 12 meses, o INPC da RMF segue em alta tendo atingido 6,37% até janeiro de 2021.

Série Histórica IPCA Mensal - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



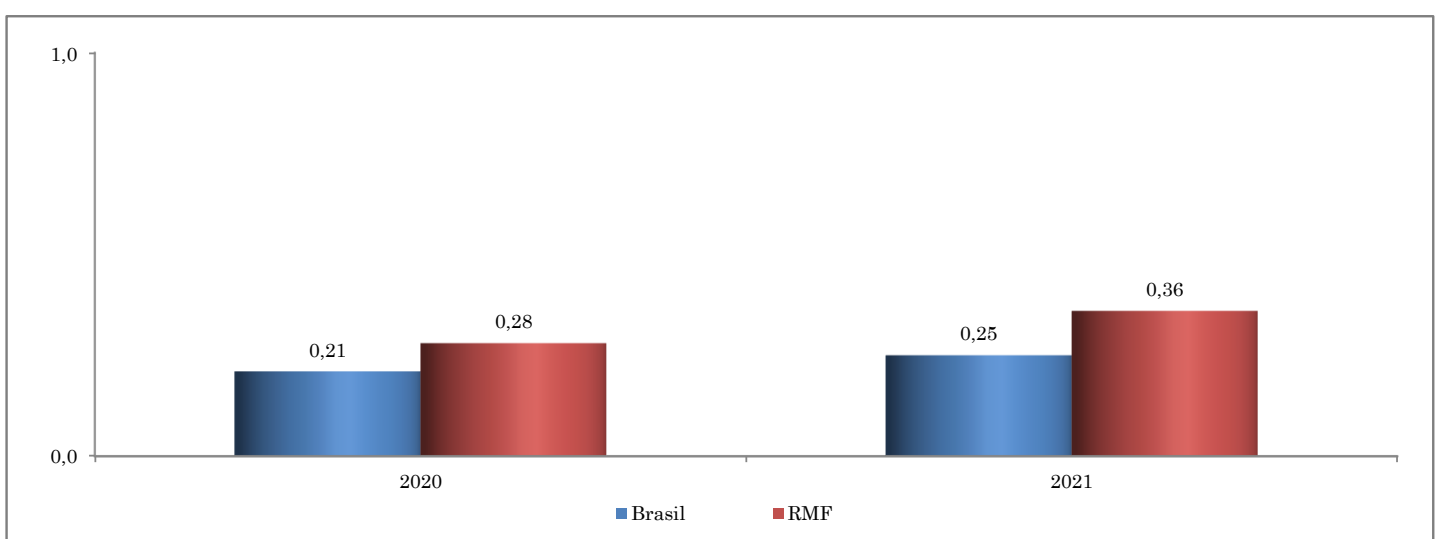
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

IPCA Mensal

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) desacelerou em janeiro de 2021 com relação a dezembro de 2020 registrando alta de 0,36%.

O IPCA nacional também desacelerou registrando 0,25%. Trata-se da menor taxa desde agosto de 2020 (0,24%).

Variação Acumulada no Ano IPCA - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



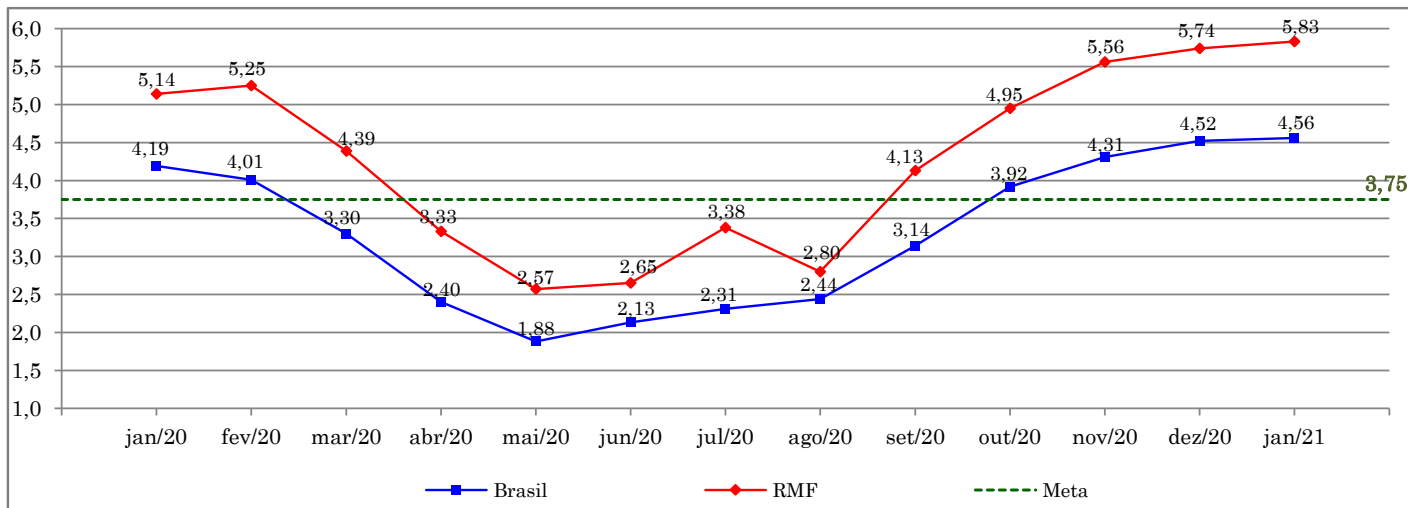
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Varição Mensal e Acumulada de 12 Meses

Cidades/Regiões Metropolitanas	Var. Mensal (%)		Variação Acumulada 12 meses (%)
	dezembro	janeiro	
Aracaju	0,91	0,39	4,14
Belém	1,51	-0,03	4,18
Belo Horizonte	1,53	0,33	5,13
Brasília	1,12	0,05	3,58
Campo Grande	1,51	0,53	7,28
Curitiba	1,38	0,44	4,35
Fortaleza	1,46	0,36	5,83
Goiânia	1,22	-0,17	4,05
Porto Alegre	1,85	0,25	4,30
Recife	1,60	0,50	5,87
Rio Branco	1,37	0,44	6,82
Rio de Janeiro	1,62	0,18	4,22
Salvador	0,92	0,26	4,23
São Luís	2,18	0,29	6,22
São Paulo	1,09	0,24	4,30
Vitória	1,41	0,44	5,30
Brasil	1,35	0,25	4,56

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Varição Acumulada nos Últimos 12 Meses IPCA - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor (SNIPC)

A Tabela acima apresenta os resultados da inflação para todas as áreas abrangidas pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC). O Gráfico acima também apresenta a evolução do IPCA para o acumulado nos últimos doze meses para a RMF e Brasil.

No acumulado dos últimos 12 meses, a inflação da RMF segue em alta tendo atingindo 5,83% até janeiro de 2021.

No Brasil, o acumulado dos últimos 12 meses atingiu 4,56%, acima da meta central de 3,75% para o ano de 2021.

Comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom)

Em sua 236ª reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, manter a taxa Selic em 2,00% a.a. A atualização do cenário básico do Copom pode ser descrita com as seguintes observações:

No cenário externo, o aumento do número de casos e o aparecimento de novas cepas do vírus têm revertido os ganhos na mobilidade e deverão afetar a atividade econômica no curto prazo. No entanto, novos estímulos fiscais em alguns países desenvolvidos, unidos à implementação dos programas de imunização contra a Covid-19, devem promover uma recuperação sólida da atividade no médio prazo. A presença de ociosidade, assim como a comunicação dos principais bancos centrais, sugere que os estímulos monetários terão longa duração, permitindo um ambiente favorável para economias emergentes; em relação à atividade econômica brasileira, indicadores referentes ao final do ano passado têm surpreendido positivamente, mas não contemplam os possíveis efeitos do recente aumento no número de casos de Covid-19. Prospectivamente, a incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia permanece acima da usual, sobretudo para o primeiro trimestre deste ano, concomitantemente ao esperado arrefecimento dos efeitos dos auxílios emergenciais; a recente elevação no preço de commodities internacionais e seus reflexos sobre os preços de alimentos e combustíveis implicam elevação das projeções de inflação para os próximos meses. Apesar da pressão inflacionária mais forte no curto prazo, o Comitê mantém o diagnóstico de que os choques atuais são temporários, ainda que tenham se revelado mais persistentes do que o esperado. Assim, o Copom segue monitorando sua evolução com atenção, em particular as medidas de inflação subjacente; as diversas medidas de inflação subjacente apresentam-se em níveis acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação.

O Comitê ressalta que, em seu cenário básico para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções.

Por um lado, o nível de ociosidade pode produzir trajetória de inflação abaixo do esperado, notadamente quando essa ociosidade está concentrada no setor de serviços. Esse risco se intensifica caso uma reversão mais lenta dos efeitos da pandemia prolongue o ambiente de elevada incerteza e de aumento da poupança precaucional.

Por outro lado, um prolongamento das políticas fiscais de resposta à pandemia que piore a trajetória fiscal do país, ou frustrações em relação à continuidade das reformas, podem elevar os prêmios de risco. O risco fiscal elevado segue criando uma assimetria altista no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária.

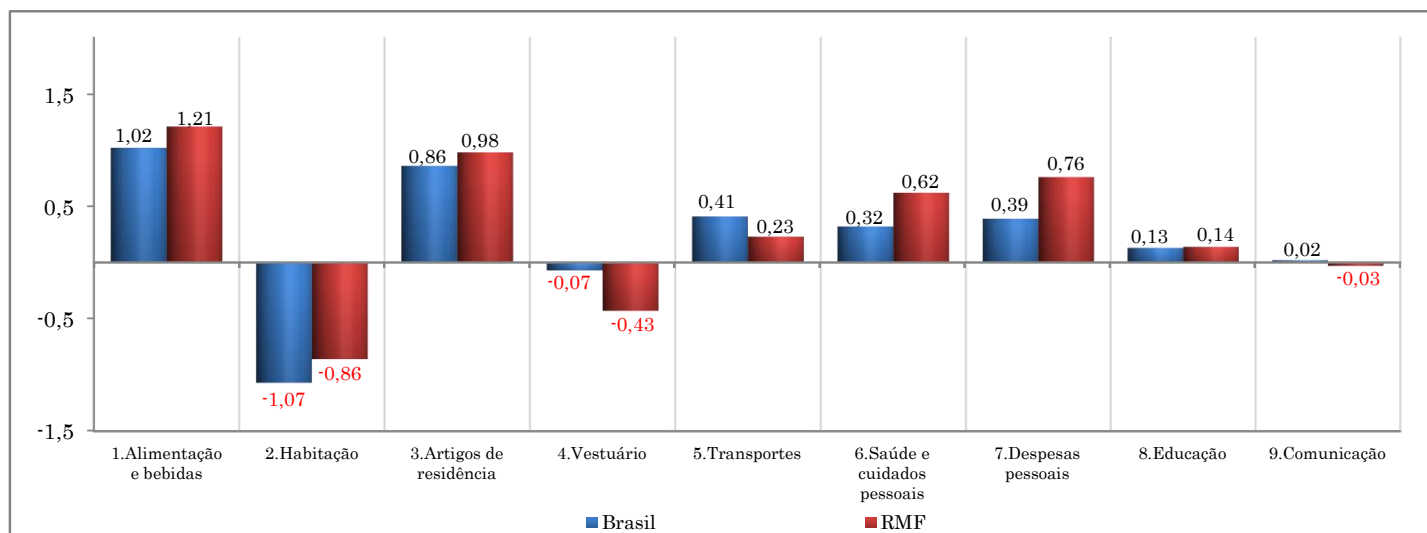
O Copom avalia que perseverar no processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para permitir a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta, ainda, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia.

Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, manter a taxa básica de juros em 2,00% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2021 e, principalmente, o de 2022.

Segundo o forward guidance adotado em sua 232ª reunião, o Copom não reduziria o grau de estímulo monetário desde que determinadas condições fossem satisfeitas. Em vista das novas informações, o Copom avalia que essas condições deixaram de ser satisfeitas já que as expectativas de inflação, assim como as projeções de inflação de seu cenário básico, estão suficientemente próximas da meta de inflação para o horizonte relevante de política monetária. Como consequência, o forward guidance deixa de existir e a condução da política monetária seguirá, doravante, a análise usual do balanço de riscos para a inflação prospectiva.

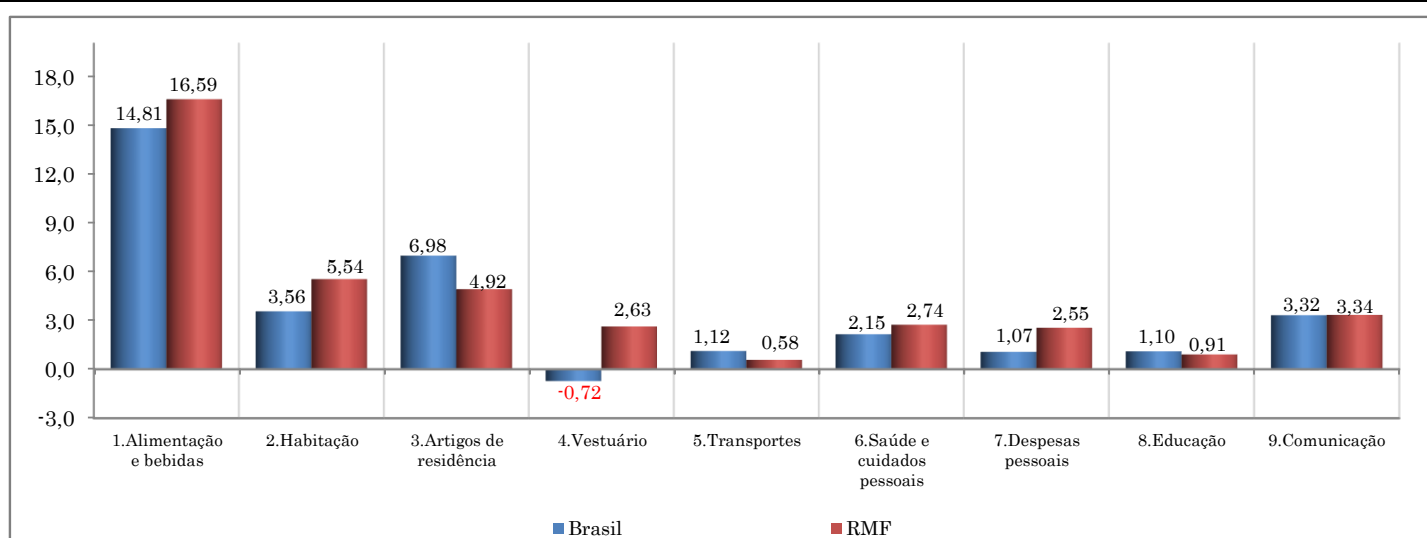
O Comitê reitera que o fim do forward guidance não implica mecanicamente uma elevação da taxa de juros pois a conjuntura econômica continua a prescrever, neste momento, estímulo extraordinariamente elevado frente às incertezas quanto à evolução da atividade.

Varição Mensal IPCA por Grupos - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Varição Acumulada por Grupos nos Últimos 12 Meses - IPCA - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)

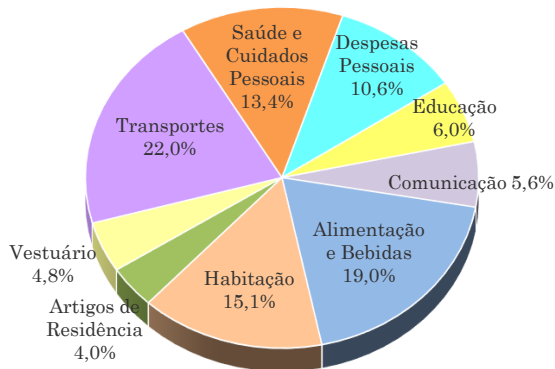


Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

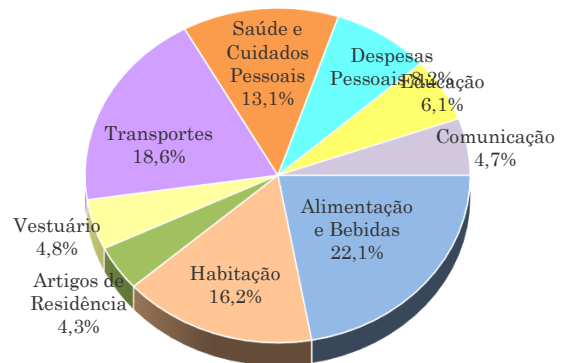
Grandes Grupos do IPCA e Principais Itens

O grupo alimentação voltou a pressionar os preços tendo a maior alta entre os grupos pesquisados. Na RMF, o grupo apresentou elevação de 1,21% e 1,02% no IPCA nacional. Por outro lado, a queda do item energia elétrica acarretou deflação no grupo habitação de -0,86% na RMF e -1,07% no Brasil.

Distribuição dos Pesos por Grupo IPCA - Brasil

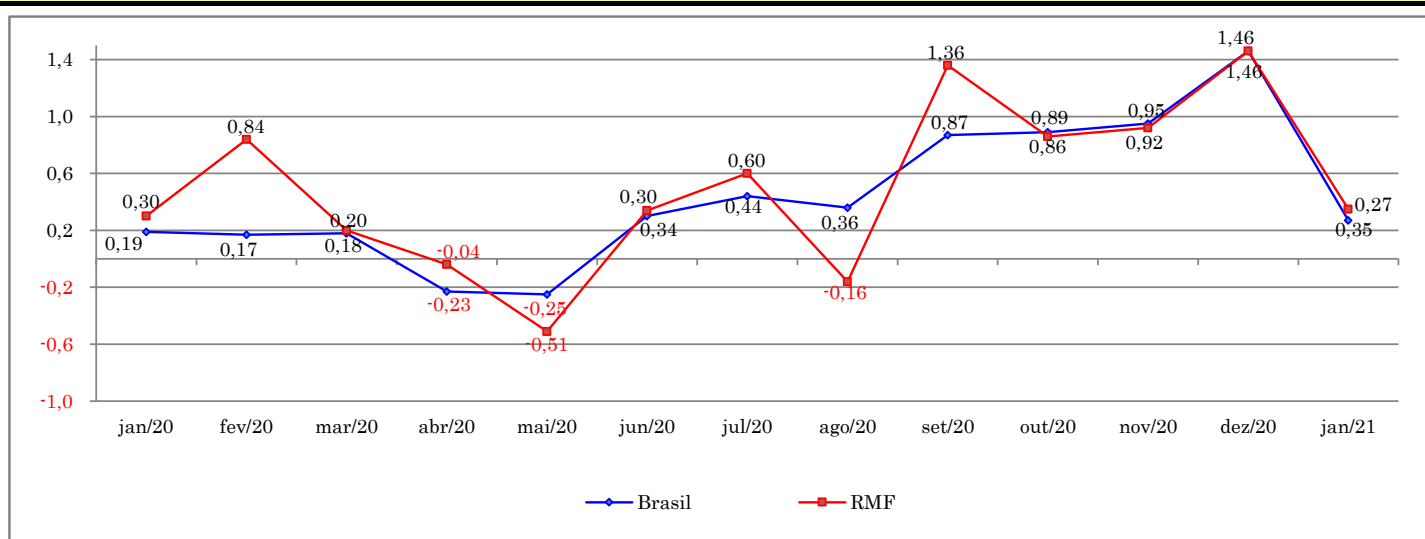


Distribuição dos Pesos por Grupo IPCA - RMF



Fonte: IBGE. Elaboração IPECE.

Série Histórica INPC Mensal - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



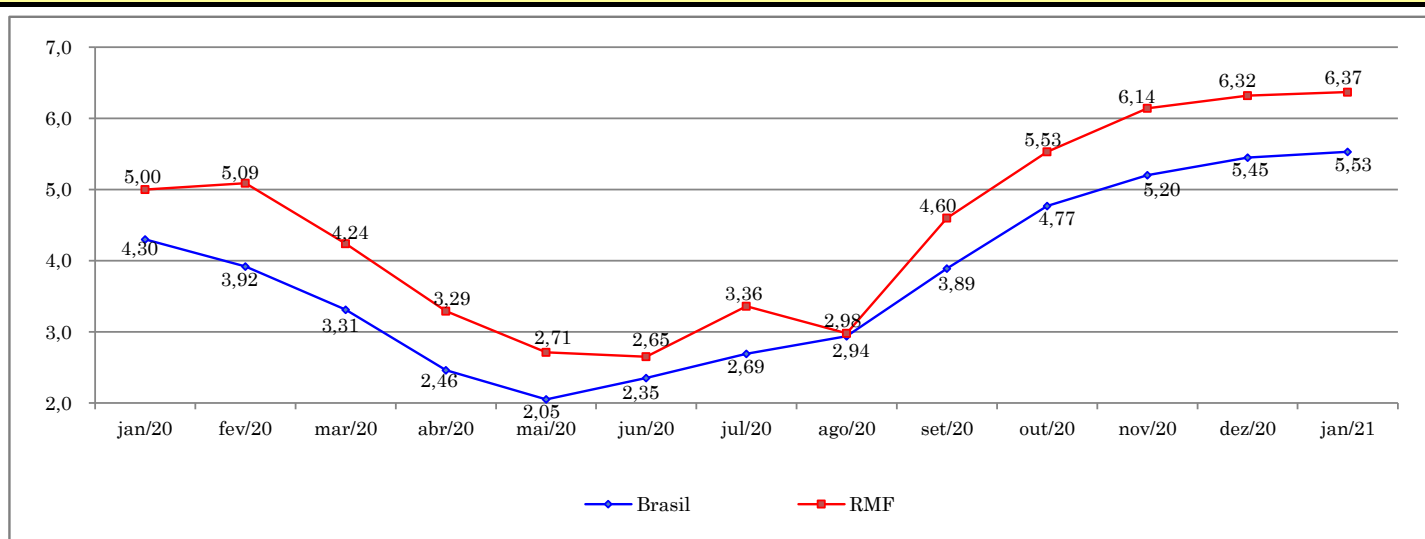
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

INPC Mensal

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) se refere às famílias com rendimento monetário de um a cinco salários mínimos. É calculado também para dez regiões metropolitanas, além de seis municípios, que são as mesmas áreas geográficas que abrange o IPCA.

O INPC da RMF desacelerou fortemente em janeiro de 2021 registrando variação de 0,27% com relação a dezembro de 2020.

Varição Acumulada nos Últimos 12 Meses INPC - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

INPC Acumulado nos Últimos 12 Meses

No acumulado dos últimos 12 meses, o INPC da RMF segue em alta tendo atingindo 6,37% até janeiro de 2021.